



XVII ENCONTRO CIENTÍFICO DA UNDB
COMUNIDADES TRADICIONAIS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS
(XVII EC 2024)

ANEXO I – RESUMO EXPANDIDO

VOZ DAS RUAS: as demandas de comunidades urbanas e a “escuta” do poder público quando a população fala¹

Jucy Hellen de Fátima dos Santos Moraes²

Marya Eduarda dos Santos Barbosa³

Karina Ewerton Mendes⁴

Giuliana Costa vieira⁵

Lohanne Caroline Correia Domingues⁶

Nairama Pereira Barriga Feitosa⁷

RESUMO

Este artigo se propõe discutir as contradições no direcionamento de Políticas Urbanas na cidade de São Luís-MA a partir do Quilombo Urbano da Liberdade, com ênfase na posição do poder público diante de demandas reais que emergem do próprio território. Parte-se do entendimento de que, sem uma efetiva participação popular na organização das demandas localizadas, não há efetiva atuação do poder público, logo, a participação popular permitiria aos cidadãos assumir à construção de uma cultura de participação ativa em processos autônomos e de poder de decisão no que se refere as estratégias e ações para o enfrentamento de questões sociais e urbanas alinhadas a gestão pública local, fortalecendo a cidadania, nível de democracia e controle dos recursos públicos. Utiliza-se do Estudo de Caso para aprofundar o conhecimento a respeito dos fenômenos em torno do Quilombo da Liberdade, evidenciando o interesse especial e a busca de detalhes de sua interação com o contexto no qual está inserido. O aporte teórico se apoia em autores como Souza (2007), Bourdieu (2013), Rodrigues (2007), bem como suporte do Estatuto da Cidade e "Inventário Nacional de Referências Culturais do Quilombo Urbano Liberdade" (2024). Conclui-se parcialmente que se faz necessário pensar a cidade dentro das especificidades locais a partir das demandas que emergem dos próprios territórios, é uma forma de reconhecer a autonomia da população, incentivar a participação popular nas decisões e avaliações diante das políticas urbanas voltadas para o desenvolvimento da cidade.

Palavras-chave: Comunidades Urbanas. Participação Popular. Políticas Urbanas. São Luís. Maranhão.

1. INTRODUÇÃO

¹ Artigo proveniente do Projeto de Pesquisa intitulado “Participação Popular no direcionamento da Política Urbana nos bairros de São Luís, Maranhão” (PPURB/UNDB).

² Graduanda, UNDB, jucyhellen.moraes@gmail.com

³ Graduanda, UNDB, 002-024016@aluno.undb.edu.br

⁴ Graduanda UNDB, karinaewerton03@gmail.com

⁵ Graduanda, UNDB, giulianacostavieira@gmail.com

⁶ Professora orientadora. Mestre em Desenvolvimento Socioespacial e Regional, Arquiteta e Urbanista, Professora UNDB e lohanne.domingues@undb.edu.br

⁷ Professora orientadora. Mestre em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional, Arquiteta e Urbanista, Professora UNDB e nairama.feitosa@undb.edu.br

Este artigo é proveniente de estudos desenvolvidos a partir do Projeto de Pesquisa “Participação Popular no direcionamento da Política Urbana nos bairros de São Luís, Maranhão” ainda em desenvolvimento, que tem como objetivo analisar a participação popular na gestão da cidade de São Luís-MA, sob a ótica da construção democrática da cidade e do direcionamento da política urbana a partir das demandas dos bairros da Capital.

Nesse sentido, é imperioso ressaltar que a Constituição Federal de 1988 foi um marco na democracia e nos direitos sociais, o que contribuiu para o planejamento urbano ser moldado em uma nova perspectiva, agora, enquanto um processo político e de participação popular. No âmbito da política de desenvolvimento urbano, o Estatuto das Cidades surge para regular não só o urbano, mas também o social. Buscava-se alcançar modelos de cidades que fossem democráticas, garantindo direitos fundamentais previsto na Constituição e com efetiva participação dos cidadãos nas tomadas de decisões.

O aporte teórico do trabalho se apoia em autores como Souza (2007), Bourdieu (2013), Rodrigues (2007), bem como suporte do Estatuto da Cidade (2001) e "Inventário Nacional de Referências Culturais do Quilombo Urbano Liberdade" (2024).

No entanto, o planejamento urbano, ao longo dos anos, vem reproduzindo um modelo de cidades em que as decisões e estratégias são definidas com apoio de números estatísticos, interesses de mercado e pouca consulta ou mesmo espaço à participação popular efetiva, o que contribui para perpetuação de problemas, negação de demandas específicas e desconhecimento por grande parte da população dos seus direitos sociais e políticos diante das decisões em torno das cidades.

Apesar da participação popular na gestão das cidades ser exigido, por vezes, acontecem movimentações para burlar essa etapa de consulta e legitimar decisões articuladas em gabinete e/ou que atendem interesses exclusivamente de mercado e políticos. Além disso, no que diz respeito aos técnicos planejadores, a própria lógica do planejamento urbano tecnocrático, ou seja, pensado de “cima para baixo”, criam políticas públicas urbanas cada vez mais distantes das demandas reais, urgentes e específicas.

O campo empírico, objeto de estudo deste trabalho, trata-se do Quilombo Urbano da Liberdade, que ao longo dos anos fortalecem a valorização da ancestralidade quilombola, fator crucial para a luta por direitos territoriais e sociais. Nesse sentido, propõem-se unir as escalas de análise e da ação, ativar um olhar “mais de perto”, partindo da escala do bairro,

ambiente construído e em processo de construção cotidianamente, com potencialidades, problemas, curiosidades, diferentes culturas e demandas específicas para responder à pergunta problema suporte de desenvolvimento do estudo: como a participação popular no Quilombo Urbano da Liberdade pode contribuir para engajamento cívico e influenciar na construção de políticas urbanas localizadas no território?

Se faz necessário voltar o olhar para a forma de produção desses espaços e como eles também produzem e, além disso, como se dão os fenômenos urbanos e como e quais estratégias podem ser traçadas pela população local para se alcançar mudanças que contribuam para o desenvolvimento socioterritorial, democratização da cidade e engajamento dos cidadãos na vida das cidades.

2. OBJETIVOS

Objetivo Geral: Discutir as contradições no direcionamento das Políticas Urbanas na cidade de São Luís a partir do Quilombo Urbano da Liberdade, dando ênfase na posição do poder público diante de demandas reais que emergem dos próprios territórios.

Objetivos Específicos:

- 1) Realizar uma caracterização socioespacial do Quilombo Urbano da Liberdade em São Luís-MA;
- 2) Identificar a relação do poder público municipal e estadual diante das demandas reais do bairro;
- 3) Apresentar como as políticas urbanas são direcionadas ao bairro.

3. METODOLOGIA

O método de pesquisa utilizado para o desenvolvimento do trabalho é o Estudo de Caso, pois proporciona uma análise intensiva de uma situação específica, buscando entender os fenômenos e suas peculiaridades para abrir caminhos a compreensão, estratégica para tentar responder à questão da pesquisa diante do “como” e do “por que” (YIN,2010).

Quanto aos procedimentos de coleta de dados, a pesquisa se apoia na revisão bibliográfica de artigos, textos e dissertações atreladas aos temas discutidos no trabalho, bem como consulta a documentos e relatórios como fotografias e ao inventário atual do Quilombo Urbano da Liberdade de 2024.

4. RESULTADOS



XVII ENCONTRO CIENTÍFICO DA UNDB
COMUNIDADES TRADICIONAIS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS
(XVII EC 2024)

O Quilombo da Liberdade, localizado em São Luís, é formado pelos bairros Camboa, Fé em Deus, Liberdade, Diamante e Sítio do Meio, juntos integram os 11 bairros que constituem o Centro Histórico da capital maranhense. Este território, marcado por sua ancestralidade, começa anos finais do século XIX, por meio do agrupamento populacional que contribuiu para intensificar a área atual do Quilombo Liberdade, por meio de dois grandes acontecimentos que motivaram essas ações, a abolição da escravidão e o início da industrialização, além do funcionamento de um grande polo empregassional para a área, o Matadouro Modelo (SILVA, 2023).

Este território é formado por quilombolas descendentes de povos africanos que resistiram à escravidão e criaram comunidades autônomas, onde puderam manter suas tradições, práticas e modos de vida, apoiado na manutenção da ancestralidade. Essa ancestralidade se reflete de diversas formas, sobretudo através de manifestações culturais como música, a dança, festividades que celebram suas raízes. Além disso, é perceptível a conexão com a terra, saberes tradicionais, como a pesca, a agricultura familiar para provisionamento e o uso de plantas medicinais, uma resistência também cultural. Por meio da portaria nº 192, de 13 novembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União, a comunidade do Quilombo da Liberdade passou a ser reconhecida e se auto identificar enquanto quilombo, considerada também o maior quilombo urbano da América Latina.

Percebe-se que o Quilombo da Liberdade possui uma formação e organização social singular o que não pode ser analisado ou tratado de forma homogênea, sobretudo pelo poder público, uma vez que suas demandas emergem das necessidades específicas do território. No entanto, os fenômenos sociais e urbanos nas cidades, em regra, são analisados através de uma “visão de sobrevôo” como Souza (2007) classifica. Para o autor, essa visão é própria do Estado, o olhar mais distanciado e em uma noção de conjunto. O “olhar de longe” não é errado, mas nem sempre é o mais adequado, ainda mais quando se pretende trabalhar em escalas de estratégias voltadas para políticas urbanas.

De acordo com Silva (2023), o Quilombo da Liberdade coexiste com inúmeros problemas de infraestrutura, saneamento, moradia, saúde e mobilidade urbana, que por vezes, são problemas invisibilizados pelo poder público municipal. Estereótipos atrelados ao território também contribui para a perpetuação desses impasses, por exemplo, ser atribuído o reconhecimento enquanto bairro perigoso, em que os bairros estão sempre em desacordo com a ordem social.



XVII ENCONTRO CIENTÍFICO DA UNDB
COMUNIDADES TRADICIONAIS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS
(XVII EC 2024)

Por meio de entrevista com a moradora Eliane (2024), nascida e criada no território, algumas políticas públicas impactaram positivamente a qualidade vida dos moradores, como fornecimento de água encanada, rede de esgoto e coleta de lixo, alguns dos itens essenciais para o desenvolvimento da vida cotidiana. No entanto, políticas voltadas a segurança, assistência à saúde e educação foram não foram prioridade, uma luta que ainda se estende para alcançar êxito. Ainda, a moradora destaca que as maiorias das reformas e intervenções se voltavam a infraestrutura viária: “as melhorias foram feitas somente em relação ao asfaltamento e setores básicos como o posto de saúde. Outra melhoria foi para a locomoção dos carros, que liga a liberdade até a Camboa. Desde então não se tem ações voltadas para essa região”.

Na cidade de São Luís, observa-se que as tomadas de decisões quando se trata de políticas de desenvolvimento urbano pouco recebem contribuições de uma participação popular efetiva, o que fica bem claro diante das reivindicações da população quando dividem o mesmo espaço com gestores públicos em audiências públicas. Audiências estas que geralmente acontecem também apenas para apresentar propostas, buscando validação e não para discutir previamente estratégias e aí sim, partir para elaboração de propostas em que toda sociedade civil possa contribuir com suas colocações e demandas.

No Quilombo da Liberdade, um exemplo das contradições entre as necessidades reais que emergem do território e atuação do poder público em tentar resolver problemas estruturais pode ser evidenciado através do PAC Rio Anil e seus desdobramentos.

Na complexidade das cidades há sempre uma relação de poder, o que resulta em resistências populares que se organizam em diferentes escalas, como endossa Bourdieu (2013), em que as lutas pelo espaço também podem se realizar em escala coletiva, através das lutas políticas que se desenrolam desde o nível nacional, com as políticas habitacionais, até o nível municipal, notadamente através da construção e atribuição de moradias sociais ou das escolhas em termos de equipamentos públicos. Para ele, elas têm como objeto a construção de grupos homogêneos de base espacial, ou seja, uma segregação social que é simultaneamente causa e efeito da posse exclusiva de um espaço e dos equipamentos necessários ao grupo que o ocupa, e à sua reprodução.

Em 2008, através de um processo de reurbanização, com investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), os bairros passaram por intervenções voltadas a garantia de alguns direitos básicos, como a moradia e melhoria de infraestrutura urbana. O

intuito era retirar famílias que residiam em palafitas para conjuntos habitacionais construídos pelo programa em questão (OLIVEIRA,2021).

Esse processo intervencionista, apesar de querer sanar algumas problemáticas como a questão da moradia e garantir uma habitação adequada, desestruturou os modos de vida da população que já se reproduzia seguindo uma ordem tradicional. A população, por sua vez, persistiu em suas atividades como a pesca e a reprodução de modo de vida camponeses em plena cidade, envolvidos em desafios e as adaptações que os moradores enfrentam diante de políticas públicas gerais que não levam em consideração as especificidades de cada localidade. É imperioso ressaltar que compreender os territórios em suas singularidades é essencial para identificar sua cultura, modos de vidas e resistências populares.

5. CONCLUSÃO (OU CONSIDERAÇÕES PARCIAIS)

A ancestralidade do povo quilombola da Liberdade, em São Luís do Maranhão é fundamental para a preservação da identidade cultural e histórica desse grupo. Na comunidade da Liberdade, essa ancestralidade se reflete em diversas manifestações culturais, como a música, a dança e as festividades que celebram suas raízes africanas. Além disso, a conexão com a terra e os saberes tradicionais, como a pesca, a agricultura familiar e o uso de plantas medicinais, são elementos essenciais para a subsistência e a resistência cultural, fator crucial também para a luta por direitos territoriais e sociais.

O território é marcado por singularidades, alguns bairros representam uma fronteira entre a extensão de uma vida camponesa, expressada na territorialidade cultural fortemente identificada na região, sendo um lugar de reprodução de comunidades negras, com construção cultural forte. Ao mesmo tempo, trata-se de um território marcado por ausência de serviços básicos e infraestrutura adequada a realidade específica local, por vezes, invisibilizados pelo próprio poder público e visibilizados quando é de interesse dessas entidades. Além disso, carrega ainda uma estigmatização de bairros perigosos, onde a mídia reproduz esse pré-conceito em comparação a outros bairros da cidade.

Como conclusão parcial, se faz necessário pensar a cidade de São Luís dentro das especificidades locais a partir das demandas que emergem dos próprios territórios, uma forma de reconhecer a autonomia da população, incentivar a participação popular nas decisões e avaliações diante das políticas urbanas voltadas para o desenvolvimento da cidade. O território do Quilombo da Liberdade é exemplo de uma região com características heterogêneas,



XVII ENCONTRO CIENTÍFICO DA UNDB
COMUNIDADES TRADICIONAIS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS
(XVII EC 2024)

específicas e que anseia por uma escuta voltada as suas necessidades, partindo do entendimento de que ninguém conhece mais do seu local do que aqueles que vivem e experimentam do cotidiano, do espaço vivido, e é de extrema relevância que o poder público possa dar lugar e voz as essas ruas que falam.

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.**

BRASIL, Lei nº 10.257. **Estatuto da Cidade.** Presidente da República em 10 de julho de 2001.

BOURDIEU, Pierre. **Espaço físico, espaço social e espaço físico apropriado.** Estud. av., São Paulo, v. 27, n. 79, p. 133-144, 2013.

OLIVEIRA, Mayara Costa de. **Pensando fronteiras e territorialidades em dois bairros de São Luís-MA.** Amazônica – Revista de Antropologia. V. 13 (2). Pag. 505-530, 2021.

SILVA, Mariana Queen Cardoso da. **QUILOMBO URBANO LIBERDADE, PATRIMÔNIO AFRO DE SÃO LUÍS-MA:** a sistemática da acessibilidade aos Direitos Culturais à luz da Constituição Federal de 1988 e do Estatuto da Igualdade Racial. Orientador: Prof.^a Dr.^a Kláutenys Dellene Guedes Cutrim. 2023. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar) - Universidade Federal do Maranhão, [S. l.], 2023. Disponível em: file:///C:/Users/karin/Downloads/MARIANA_QUEEN.pdf. Acesso em: 24 out. 2024.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Abc do desenvolvimento urbano.** São Paulo: Bertrand Brasil, 2007.